



**PODER /** Relator Jean Paul Prates diz esperar que o plenário do Senado aprecie as propostas na quarta-feira. De acordo com o parlamentar, os presidentes da Casa, Rodrigo Pacheco, e da Câmara, Arthur Lira, receberam bem os textos

# Expectativa de votar PLs dos combustíveis

» RAPHAEL FELICE

O Senado Federal deve votar, na quarta-feira, dois projetos relativos ao preço dos combustíveis. O PL 1.472/2021, que cria um fundo de estabilização dos valores, e o PLP 11/2020, a respeito da mudança na metodologia de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os produtos.

Ambos os textos estão sob relatoria do senador Jean Paul Prates (PT-RN). De acordo com o parlamentar, as propostas foram bem recebidas pelos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), envolvidos diretamente na articulação em busca de soluções para amortizar o preço dos combustíveis.

A proposta que altera o ICMS teve origem na Câmara e previa que as alíquotas do tributo fossem aplicadas somente no fim da rede, mas o substitutivo apresentado por Prates prevê a cobrança de um valor por litro na refinaria ou na importação. Caso seja aprovado no Senado, o PLP voltará para apreciação dos deputados. O texto tem a simpatia de Arthur Lira, que, desde o ano passado, faz campanha para alterações na cobrança do ICMS, chegando a afirmar que o imposto era “o que estava pesando no bolso dos brasileiros”.

Já no projeto de lei que muda a política de preços de combustíveis, a novidade é a criação da Conta de Estabilização de Preços (CEP), que será administrada pelo Executivo e poderá usar receitas da tributação da exportação de petróleo. Na versão anterior, o substitutivo criava um fundo federal para ser usado na estabilização de preços. O senador destacou, porém, que Legislativo não pode criar fundos a serem geridos pelo Executivo. Por isso, transformou a ferramenta em uma conta — o governo poderá administrá-la diretamente ou por meio de um banco público.

De acordo com o relatório de Prates, “a CEP poderá utilizar fontes de receita derivadas da elevação extraordinária do preço internacional do petróleo e dos preços de combustíveis no Brasil, quando atrelados à paridade de preço de importação”. “Dessa forma, reduz-se o conflito distributivo, já que a conta é abastecida por recursos extraordinários oriundos dos chamados windfall profits, lucros excepcionais que o Estado brasileiro auferiu.”

## Tributação

A principal novidade do PL 1.472/2022 para custear a estabilização de preços dos combustíveis é um imposto sobre a exportação de petróleo bruto. O projeto estabelece alíquotas mínimas e máximas para cada faixa de preço do barril (em dólares americanos), da seguinte forma:

- » 0% para o valor até US\$ 45
  - » De 2,5% a 7,5% para o valor entre US\$ 45 a US\$ 85
  - » De 7,5% a 12,5% para o valor entre US\$ 85 e US\$ 100
  - » De 12,5% a 20% para o valor acima de US\$ 100
- Obs.: o Poder Executivo poderá determinar as alíquotas, observando as margens estabelecidas.

Fonte: Agência Senado

## Banda de preços

A compensação a ser feita pela CEP se baseará no sistema de banda de preços, introduzido pelo projeto. O Executivo definirá limites mínimo e máximo para os preços dos derivados de petróleo. Quando os preços de mercado estiverem abaixo do limite inferior da banda, os recursos correspondentes à diferença serão acumulados na conta; quando estiverem acima do limite superior, a conta servirá para manter o preço real dentro da margem regulamentar.

## Consenso

Além do aval de Lira e Pacheco, Prates trabalha em prol de um consenso com parlamentares de diversos espectros políticos para aprovar a proposta na quarta-feira. Entretanto, o senador avalia as medidas como paliativas e ressalta que, para ter o melhor resultado, vai depender de como o governo federal utilizará as ferramentas que o Congresso vai lhe proporcionar, caso os textos sejam aprovados.

“A expectativa é de que o conjunto das medidas a ser aprovado pelo Senado e, posteriormente, pela Câmara dos

Roque de Sá/Agência Senado



Segundo o senador Jean Paul Prates, a intenção é de que a Câmara avalie os projetos depois do carnaval

Deputados seja capaz de reduzir em até R\$ 0,50 o valor do litro da gasolina na porta das refinarias. Hoje, ela é comercializada por pouco mais de R\$ 3 nas refinarias e chega ao consumidor nos postos de combustíveis por cerca de R\$ 7, a depender da região do país”, destacou. “É preciso lembrar que o valor da redução nos preços dos combustíveis e do gás de cozinha vai depender de como o governo utilize as ferramentas que estamos colocando à disposição do Poder Executivo.”

O líder do PT na Câmara, Reginaldo Lopes (MG), está cético em relação aos textos. “Todas essas propostas que estão no Congresso são cloquiquina, pois não vão resolver o problema. Deveria alterar a política de Preço de Paridade Internacional (PPI)”, frisou o parlamentar, que também questionou o fato de a paridade não considerar no cálculo os derivados produzidos e refinados no país. (Com Agência Senado)

## Quatro perguntas para / Jean Paul Prates, relator das duas propostas no Senado sobre combustíveis

**A estabilização do ICMS vai tirar receita dos governadores? Haverá alterações na forma de cobrança dos impostos federais também?**

Não esperamos uma perda significativa na arrecadação estadual, mas uma normalização das receitas ao longo do tempo. A maior parte das medidas que propomos em relação ao tema dizem respeito à forma de cobrança do imposto. Uma das principais alterações é a que estabelece que alíquota será cobrada sobre o volume do produto e não em cima do valor dele. De qualquer forma, não nos propomos a mexer nas alíquotas. Isso é atribuição do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária)

**Pretende fazer alterações em relação ao PPI?**

PPI é o problema a ser atacado. É responsável por essa distorção absurda dos preços no mercado brasileiro e por

termos uma estatal que atende aos interesses apenas dos acionistas privados, e não da sociedade que, durante anos, investiu recursos na sua consolidação e crescimento. Infelizmente, PPI é uma questão que não vai ser resolvida neste governo e com a urgência necessária neste momento.

**Acredita que os textos vão ser bem-aceitos nas duas Casas?**

Creio que temos boas chances de aprovar as propostas rapidamente no Senado e na Câmara dos Deputados. Por isso, estamos dialogando com todos os atores desse processo. Na semana que passou, me reuni com os presidentes do Senado (Rodrigo Pacheco, do PSD-MG) e da Câmara dos Deputados (Arthur Lira, do PP-AL). Saí desse encontro com a certeza de que os dois projetos vão contar com a boa vontade dos dois. Estamos correndo contra o tempo, e deputados

e senadores têm a obrigação de dar uma resposta à população, que já não suporta mais esta escalada de preços.

**Quais avanços foram obtidos e o impacto que as propostas terão nos combustíveis? Haverá efeito imediato?**

A expectativa é de que o conjunto das medidas a ser aprovado pelo Senado e, posteriormente, pela Câmara dos Deputados seja capaz de reduzir em até R\$ 0,50 o valor do litro da gasolina na porta das refinarias. Hoje, ela é comercializada por pouco mais de R\$ 3 nas refinarias e chega ao consumidor nos postos de combustíveis por cerca de R\$ 7, a depender da região do país. É preciso lembrar que o valor da redução nos preços dos combustíveis e do gás de cozinha vai depender de como o governo utilizará as ferramentas que estamos colocando à disposição do Poder Executivo.

Edésio Ferreira/EM/DA Press



Zema: em nota, governo diz que mantém diálogo aberto

# Zema enfrenta protestos de policiais

» MATEUS PARREIRAS

O comando da Polícia Militar de Minas Gerais resolveu liberar seus integrantes da ativa para participar do protesto, hoje, em Belo Horizonte, contra o governo do estado por recomposição salarial.

Na noite de sábado, o comandante-geral da corporação, coronel Rodrigo Sousa Rodrigues, fez afagos aos manifestantes, demonstrou apoio às demandas, mas não criticou o governo diretamente. Pelo contrário, preferiu dizer que a administração estadual sabe das demandas e procura uma solução.

“Continuaremos em franca negociação com o governo do estado, que já reconheceu nossas perdas inflacionárias e busca soluções para reposição da remuneração da tropa, que tem se desdobrado, inclusive na pandemia, para que o estado continue a ser referência em segurança pública”, frisou.

No final de 2020, o governador Romeu Zema enviou à Assembleia o Projeto de Lei nº 1.451/20, que previa recomposição salarial de 41%, dividida em três parcelas, sendo 13% em julho de 2020, 12% em setembro de 2021 e 12% em setembro de 2022.

Em nota, o governo de Minas

disse que “mantém diálogo aberto com todas as categorias, levando em conta as necessidades dos servidores e o importante trabalho prestado por eles ao estado”. “Mesmo diante a todas as dificuldades financeiras enfrentadas e aprofundadas pela crise sanitária da pandemia, em 2020, foi concedido reajuste de 13% para as forças de segurança”, enfatizou.

Também de acordo com o governo, “com a adesão ao RRF (Regime de Recuperação Fiscal), projeto que aguarda análise da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), o estado terá condições de aplicar

a recomposição da inflação nos salários de todas as categorias do funcionalismo público, e dar continuidade ao pagamento das dívidas herdadas, como os repasses para os municípios e os depósitos judiciais”.

A nota também destacou: “Atualmente, as despesas obrigatórias do estado ultrapassam 100% da arrecadação na maior parte dos anos e a perspectiva é que elas permaneçam próximas desse patamar. O Governo de Minas tem se dedicado para conseguir, mesmo nesse cenário, trazer melhorias para os servidores, pois reconhece o trabalho valioso que eles prestam”.